



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008458-52.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Despesas Condominiais**
 Requerente: **CONDOMINIO RES. DOMINGOS FERRARI JUNIOR**
 Requerida: **CELESTE IRENE V. V. RODRIGUES**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

CONDOMINIO RESIDENCIAL DOMINGOS FERRARI

JUNIOR move ação em face de **CELESTE IRENE V. V. RODRIGUES**, dizendo que esta é a proprietária da unidade nº 02-232 do Condomínio residencial Domingos Ferrari Júnior. A ré deixou de pagar as despesas condominiais daquela unidade autônoma vencidas em 15/04/13, 15/05/13, 15/08/13, 15/02/14, 20/03/14, 15/04/14, 15/07/14 e 15/08/14. Pede a procedência da ação para condenar o réu ao pagamento dos valores discriminados a fl. 14, no importe de R\$ 1.769,69, honorários advocatícios, custas, bem como as parcelas vincendas e respectivos encargos.

A ré foi citada e não contestou.

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, consoante o inc. II, do art. 330, do CPC. A ré foi citada e não contestou, recolhendo os efeitos da revelia, ou seja, presumem-se verdadeiros os fatos articulados na inicial.

Os encargos pleiteados pelo autor incluídos na planilha de fl. 14 têm previsão no parágrafo 1º, do art. 1336, do CC. Na condição de condômina, tem o dever de contribuir para as despesas do condomínio, nos limites estabelecidos pelo inc. I, do art. 1336, do estatuto pátrio civil.

As despesas condominiais vencidas e não pagas depois dos ciclos mensais discriminados a fl. 14, são devidas por força do art. 290, do CPC, e compreenderão até o ciclo vencido ao tempo da extinção da fase de execução deste julgado.

JULGO PROCEDENTE a ação para condenar a ré a pagar ao autor R\$ 1.769,69 (fl. 14), correção monetária e juros de mora de 1% ao mês em continuidade ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

cálculo de fl. 14, bem como as despesas condominiais dos ciclos mensais subsequentes àqueles discriminados a fl. 14 nos termos do art. 290, do CPC, e compreenderão até o ciclo vencido ao tempo da extinção da fase de execução deste julgado, acrescidas de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês desde a data do respectivo vencimento de cada uma dessas obrigações, multa, condenando ainda a ré a pagar ao autor 10% de honorários advocatícios sobre o valor da condenação supra, custas do processo e as de reembolso.

Depois do trânsito em julgado, o autor terá 10 dias de prazo para formular requerimento da fase de cumprimento, nos termos do art. 475-B e J, do CPC. Findo esse prazo e desde que apresentado o requerimento, o cartório aguardará a fluência do prazo de 15 dias para a executada pagar espontaneamente a dívida exequenda, sob pena de multa de 10%, e na sequência dará vista ao exequente para indicar bens da executada aptos à penhora.

P. R. I.

São Carlos, 08 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**